

# > Verbete *Epistemologia Feminista*, por Marianne Janack

> Entry *Feminist Epistemology*, by Marianne Janack

**por Gisele Dalva Secco**

Doutora em Filosofia. Professora adjunta do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Áreas de pesquisa: Filosofia das Ciências Formais, Didática da Filosofia. Pesquisadora CAPES-Cofecub. E-mail: gisele.secco@ufsm.br. ORCID: 0000-0003-3290-746X.

**por Rafaela Missaggia Vaccari**

Graduanda em Bacharelado em Filosofia na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e em Direito na Universidade Franciscana (UFN). E-mail: rafaelamissaggia@gmail.com. ORCID: 0000-0002-4274-9023.

> Tradução recebida em 15.05.2020 e aceita em 20.08.2020.

## Apresentação

O verbete que ora apresentamos em tradução para a língua portuguesa foi originalmente publicado por Marianne Janack na *Internet Encyclopedia of Philosophy*. Seu principal objetivo é apresentar um mapeamento da subárea de pesquisa denominada “epistemologia feminista” detalhando algumas de suas principais abordagens. A autora mostra que existem diversas epistemologias feministas cujo traço em comum é o uso da noção de gênero como categoria fulcral de análise das modalidades de conhecimento, suas interações, hierarquizações e relações com a esfera propriamente normativa ou valorativa da vida humana.

Após introduzir o tema, Janack faz uma síntese das críticas de Susan Bordo e Genevieve Lloyd às noções de racionalidade, imparcialidade e desinteresse que compõem os projetos epistemológicos tradicionais. Alegando que a epistemologia não é neutra quanto às relações de gênero, essas autoras consideram-nas como relações constitutivas e, desse modo, devem ser consideradas na formulação de problemas epistemológicos. Já para Susan Hekman, de acordo com Janack, é mesmo um dever da epistemologia feminista desestabilizar e desconstruir tanto dualismos como razão/emoção, sujeito/objeto quanto as próprias categorias de gênero.

Na seção seguinte, a autora apresenta as assim chamadas epistemologias feministas naturalizadas, que enfatizam o caráter comunitário do conhecimento, e o fato de que os sujeitos do conhecimento se encontram em determinados “espaços” epistêmicos. Após discorrer sobre os estudos culturais acerca da ciência, para os quais os componentes normativos devem ser considerados parte

legítima da prática científica ao lado dos descritivos, Janack se debruça sobre a teoria do ponto de vista feminista de Sandra Harding. Trata-se da perspectiva teórica de acordo com a qual a consideração do privilégio epistêmico de grupos sociais marginalizados (no caso, as mulheres), permite a elaboração de novas perguntas, respostas e mesmo marcos teóricos para a investigação científica. Essa seção, principalmente, mostra uma especial conexão entre a filosofia da ciência e a epistemologia feminista.

Na terceira seção, Janack aborda a teoria da relação de objetos e a psicologia do desenvolvimento moral de Carol Gilligan, as quais refletem sobre como as pessoas (homens e mulheres, meninos e meninas) podem entender o mesmo objeto de diferentes modos e sobre qual é o papel que o gênero desempenha na produção desse conhecimento.

Na seção sobre abordagens hermenêuticas, fenomenológicas e pós-modernas, Janack apresenta com clareza o panorama geral da discussão contemporânea que filósofas ditas “continentais” mantêm entre si. Um tópico que atravessa essas discussões diz respeito à noção de verdade e à ideia de que tanto ela quanto a produção de conhecimento possuem uma natureza moral e política inultrapassável, de modo que o próprio conceito de neutralidade seja considerado como politicamente constituído. De acordo com Janack, o conceito basilar da fenomenologia de “corpo vivido” tem sido utilizado em reconstruções epistemológicas nesse mesmo sentido.

Na seção intitulada “Teoria Feminista das Virtudes Epistêmicas”, a autora retoma os trabalhos de Bordo e Lloyd a fim de analisar suas críticas aos pressupostos das virtudes epistêmicas que determinam as ideias de razão e

objetividade. As autoras reivindicam a presença de determinados aspectos do conhecimento que não foram considerados como constitutivos das virtudes epistêmicas em decorrência da sua tradicional “vinculação” com as mulheres e com o lado “irracional” do dualismo racionalidade/irracionalidade.

Na seção que fecha o texto, Janack explora alguns desdobramentos de ideias pragmatistas elaboradas por filósofos como William James e John Dewey, bem como da teoria evolucionista, na epistemologia feminista, apresentando o que resulta num pragmatismo feminista que considera o organismo enquanto o elemento epistêmico mais básico, não a mente ou o corpo.

O interesse por uma visão geral dessa subárea de pesquisa pode ser destacado se considerarmos a amplitude de seu escopo e as diversas possibilidades de conexão com outros campos. Nesse sentido, e pensando no modo como tais articulações interdisciplinares já vêm sendo feitas em solo brasileiro, pode-se destacar o trabalho de Soraia Mendes, que se utiliza de temas de epistemologia feminista no campo do direito penal. Após uma cuidadosa revisão bibliográfica, Mendes notou que nas ciências criminais a condição das mulheres enquanto autoras ou vítimas de crimes era referenciada por paradigmas totalizantes e universalistas, inadequadas às experiências vividas pelas mulheres – uma das principais críticas da epistemologia feminista, abordada por Janack na segunda seção do verbete.

Diante de um tal cenário, Mendes sublinha a necessidade de engendrar uma criminologia sob a perspectiva de gênero, adequada ao ponto de vista das mulheres, deixando de lado as noções de universalidade, objetividade e neutralidade que tradicionalmente guiavam os estudos dos processos de

criminalização e vitimização das mulheres (impregnados por valores masculinos, como diversas filósofas feministas alegam). Em síntese, Mendes propõe pensar a condição feminina nesses processos a partir do paradigma da epistemologia feminista, privilegiando a teoria do ponto de vista feminista de Harding<sup>1</sup> – que Janack analisa com relativa profundidade na terceira seção do verbete.

A epistemologia feminista, como se poderá notar, desdobra-se em uma ampla variedade de tópicos e conceitos explorados pela autora de forma satisfatória para um texto cuja intenção é o de oferecer um panorama a potenciais interessados. As tradutoras agradecem a Marianne Janack e a *Internet Encyclopedia of Philosophy* pela acolhida favorável da tradução e publicação deste verbete no Brasil, e em especial pela facilidade de aquisição dos direitos autorais.

## Epistemologia Feminista

A epistemologia feminista é um desdobramento da teorização feminista sobre gênero e de interesses epistemológicos tradicionais. A epistemologia feminista é uma abordagem mais ou menos organizada da epistemologia e não uma escola ou uma teoria particular. Sua diversidade espelha a diversidade da epistemologia em geral, bem como a diversidade de posições teóricas que constituem os campos de estudos de gênero, de mulheres e teoria feminista. O que é comum a epistemologias feministas é uma ênfase na saliência epistêmica

---

<sup>1</sup> Soraia da Rosa Mendes, *Criminologia Feminista: novos paradigmas*, 2017, p. 158.

do gênero e o uso do gênero como uma categoria analítica em discussões, críticas e reconstruções de práticas, normas e ideais epistêmicos. Embora a epistemologia feminista não seja caracterizada de modo fácil e simples, as abordagens feministas da epistemologia tendem a compartilhar uma ênfase nos modos nos quais os sujeitos epistêmicos são particulares e concretos, ao invés de abstratos e universais. As epistemologias feministas levam a sério os modos nos quais os sujeitos epistêmicos estão imersos nas relações sociais que são geralmente hierárquicas e também histórica e culturalmente específicas. Ademais, as epistemologias feministas assumem que os modos pelos quais os sujeitos epistêmicos são constituídos como sujeitos particulares são significativos para a discussão de problemas epistemológicos relativos a garantias, evidências, justificação e construção de teorias, como também para a nossa compreensão de termos como “objetividade”, “racionalidade” e “conhecimento”.

## Índice

1. Introdução
2. Críticas da Racionalidade e de Dualismos
3. Estudos Feministas sobre a Ciência
  - a. Epistemologias Feministas Naturalizadas
  - b. Estudos Culturais da Ciência
  - c. A Teoria do Ponto de Vista (*Standpoint theory*)

4. A Psicologia do Desenvolvimento, a Teoria da Relação de Objetos e a Questão dos “Modos de Conhecimento das Mulheres”
5. Abordagens Hermenêuticas, Fenomenológicas e Pós-Modernas
6. Teoria Feminista das Virtudes Epistêmicas
7. Pragmatismo e Epistemologias Feministas
8. Referências e leituras adicionais

## 1. Introdução

Os temas característicos dos engajamentos feministas com a epistemologia não são necessariamente exclusivos às epistemologias feministas, uma vez que também ocorrem nos estudos mais gerais sobre a ciência, bem como em epistemologia social. No entanto, epistemologias feministas distinguem-se pelo uso do gênero como uma categoria de análise e reconstrução epistêmica. Abordagens feministas em epistemologia geralmente têm suas fontes em uma ou mais das seguintes tradições: estudos feministas da ciência, epistemologias naturalistas, estudos culturais da ciência, feminismo marxista e trabalhos relativos às e sobre as ciências sociais, teoria da relação de objetos e psicologia do desenvolvimento, teoria das virtudes epistêmicas, pós-modernismo, hermenêutica, fenomenologia e pragmatismo. Muitos projetos epistemológicos feministas incorporam mais de uma dessas tradições. Para os fins deste verbete, no entanto, teóricas particulares foram alocadas nessas categorias claramente

arbitrárias. A ressalva aqui é que cada teórica em particular poderia ter sido igualmente incluída sob um número diferente de diferentes categorias.

## 2. Críticas da Racionalidade e Dualismos

Os trabalhos de Susan Bordo<sup>2</sup> e Genevieve Lloyd<sup>3</sup> analisam os modos nos quais metáforas da masculinidade operam na construção das ideais de racionalidade e objetividade. Valendo-se das discussões feministas da teoria da relação de objetos (Bordo) e do papel do imaginário simbólico e da metáfora nos projetos epistemológicos modernos, tanto Lloyd quanto Bordo argumentam que as operações do imaginário simbólico estão implicadas na metafísica da subjetividade e da objetividade, bem como na caracterização de problemas epistêmicos que derivam dessa metafísica. O resultado do trabalho feito por essas historiadoras feministas é que os ideais de razão, objetividade, autonomia e desinteresse que operam nas pressuposições sobre a investigação, bem como a ideia que problemas epistemológicos “perenes” são neutros em relação ao gênero, revelam-se agora como conectados com e constitutivos de relações de gênero.

As análises de Bordo e Lloyd fornecem recursos para feministas que trabalham em estudos sobre ciência, bem como àquelas que trabalham no interior das tradições analíticas anglo-americanas. Grande parte do trabalho em epistemologia feminista é influenciado por essas críticas, e a ênfase especial de

---

<sup>2</sup> Susan Bordo, *The Flight to Objectivity: Essays on Cartesianism and Culture*, 1990.

<sup>3</sup> Genevieve Lloyd, *The Man of Reason: “Male” and “Female” in Western Philosophy*. Minneapolis, 1984.

Lloyd no papel cognitivo da metáfora é ponto de partida para boa parte do trabalho feminista sobre o papel dos aspectos “afetivos” e “literários” na cognição e, mais em geral, na filosofia.

O trabalho de Susan Hekman<sup>4</sup> propõe que os dualismos natureza/cultura, racional/irracional, sujeito/objeto e masculino/feminino subscrevem projetos epistemológicos modernos e que a epistemologia feminista deveria visar desestabilizar e desconstruir tais dualismos. Hekman argumenta que essa desestabilização pode ocorrer somente se as feministas recusarem as pressuposições dicotômicas do projeto moderno, incluindo a dicotomia masculino/feminino e seu papel na atribuição de identidade. Assim, o objetivo da epistemologia feminista é tanto erradicar a epistemologia enquanto uma preocupação constante com questões como verdade, racionalidade e conhecimento, quanto implodir as categorias de gênero.

Críticos da epistemologia feminista indiciam que as críticas feministas da racionalidade equivalem a uma valorização da irracionalidade, uma acusação que erra na identificação do alvo dessas críticas. Se nossos ideais de racionalidade devem ser questionados e reconstruídos, então, presumivelmente, nossos ideais de irracionalidade serão também reconstruídos, uma vez que a premissa operante das análises de Bordo, Lloyd e Hekman é a de que a dicotomia racionalidade e irracionalidade auxilia a constituir o dualismo masculino/feminino e vice-versa. Assim, o que as críticas consideram como uma

---

<sup>4</sup> Susan Hekman, *Gender and Knowledge: Elements of a Postmodern Feminism*, 1990.

valorização da irracionalidade parece sê-lo somente se aquelas dicotomias permanecerem colocadas.

### 3. Estudos Feministas sobre a Ciência

Grande parte do trabalho inicial em epistemologia feminista surgiu de críticas feministas da e comprometidas com a ciência. Esse trabalho geralmente enfatiza os modos nos quais a ciência tem sido marcada por viés de gênero, não somente pelo fato que as mulheres são seriamente subrepresentadas nas ciências, mas também pelos modos nos quais pressuposições sobre comportamento de gênero desempenham o papel de evidência nas teorias dominantes e amplamente aceitas em campos como antropologia, biologia e psicologia<sup>5 6 7 8 9</sup>.

A coletânea de Harding e Hintikka<sup>10</sup> apresenta trabalhos pioneiros especialmente sobre ciência e epistemologia, mas também inclui trabalhos iniciais que representam uma das contribuições centrais e únicas da epistemologia feminista: a incorporação da teoria moral e política em discussões sobre ciência e epistemologia.

---

<sup>5</sup> Ruth Bleier, *Science and Gender: A Critique of Biology and its Theories on Women*, 1990.

<sup>6</sup> Donna Haraway, *Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective*, 1988.

<sup>7</sup> *Idem*, *Primate Visions: Gender, Race, and Nature in the World of Modern Science*, 1989.

<sup>8</sup> Evelyn Fox Keller, *A Feeling for the Organism*, 1983.

<sup>9</sup> *Idem*, *Reflections on Gender and Science*. New Haven, 1984.

<sup>10</sup> Sandra Harding e Merrill Hintikka, *Discovering Reality: Feminist Perspectives in Epistemology, Metaphysics, Methodology and Philosophy of Science*, 1983.

O reconhecimento de que o processo de pesquisa e construção de teorias científicas envolve essencialmente apelos a valores extra científicos foi posteriormente desenvolvido por teóricas subsequentes, ampliando as primeiras críticas ao viés de gênero na ciência. Ao invés de afirmar que valores e política sempre comprometem a pesquisa científica, teóricas feministas como Nelson<sup>11</sup>, Longino<sup>12</sup> e Harding<sup>13 14 15</sup> argumentam que tais valores sempre operam em avaliações de evidência, justificação e construção de teorias, e que tentar desenvolver uma epistemologia para a ciência que a faria menos propensa ao viés de gênero requer o reconhecimento dos modos nos quais os valores entram no processo de raciocínio científico. Teóricas feministas, assim, voltaram sua atenção para o desenvolvimento de epistemologias que permitiriam uma avaliação crítica dos valores que são compartilhados e, sendo assim, muitas vezes invisíveis para os pesquisadores nas ciências. O trabalho de Nelson, valendo-se de Quine, desenvolve uma abordagem holística para questões sobre evidência e justificação, enfatizando os modos nos quais o conhecimento é conservado por comunidades e não por sujeitos epistêmicos individuais que seriam membros passíveis de abstração de tais comunidades. Helen Longino argumenta pelo valor do pluralismo na construção de modelos científicos como um meio de tornar os valores e os pressupostos de comunidades científicas acessíveis à avaliação crítica. Harding utiliza análises marxistas para desenvolver uma versão feminista da teoria do ponto de vista [*Standpoint theory*].

---

<sup>11</sup> Lynn Hankinson Nelson, *Who Knows: From Quine to a Feminist Empiricism*, 1990.

<sup>12</sup> Helen Longino, *Science as Social Knowledge*, 1990.

<sup>13</sup> Sandra Harding, *The Science Question in Feminism*, 1986.

<sup>14</sup> *Idem*, *Whose Science? Whose Knowledge?* 1991.

<sup>15</sup> *Idem*, *Is Science Multicultural? Postcolonialisms, Feminisms, and Epistemologies*, 1998.

O que essas abordagens das pesquisas feministas sobre ciência enfatizam é que a boa ciência não é uma ciência livre de valores, uma vez que valores não são possíveis de serem erradicados do processo de pesquisa científica e da construção de teorias. Em vez disso, elas argumentam que a boa ciência é a ciência que pode avaliar criticamente os valores e pressupostos que operam epistemicamente na construção de teorias científicas e nos modos nos quais os problemas científicos são formulados. A boa ciência é a ciência que pode desenvolver mecanismos para avaliar criticamente não apenas os resultados da pesquisa, mas também os modos nos quais aqueles resultados dependem de uma série de suposições e fatos carregados de valores e de teoria.

Parte do problema com essas abordagens (com exceção das epistemologias do ponto de vista, que são discutidas em mais detalhes abaixo), entretanto, é que elas têm poucos recursos teóricos para lidar com questões a respeito de como tal diversidade pode ser incorporada à teorização científica e como pode ser possível, em princípio, excluir grupos com comprometimentos ou valores que são, face à isso, anticientíficos (por exemplo, mágicos) ou mesmo inaceitáveis (por exemplo, a “ciência nazista”). Se o valor do pluralismo é tal que ele permitiria a reflexão crítica necessária para assegurar que os valores e comprometimentos que fazem parte da pesquisa científica tornem-se visíveis, então sob que bases se poderia excluir, por exemplo, o criacionismo? A epistemologia feminista que se vale dos estudos sobre ciência revelou os modos nos quais quem conhece são os indivíduos em comunidades, e como tais comunidades operam com uma variedade de comprometimentos valorativos que tornam o conhecimento possível. No entanto, a questão acerca do pluralismo metodológico permanece difícil.

### a. Epistemologias Feministas Naturalizadas

As epistemologias feministas naturalizadas desenvolveram-se como um modo de dar conta do fato de que os sujeitos epistêmicos estão localizados em "espaços epistêmicos" bem como dos modos pelos quais o conhecimento é mais bem entendido por meio de uma comunidade do que por um modelo individual. O naturalismo é definido aqui como um enfoque epistemológico em abordagens causais do conhecimento e, no caso do naturalismo feminista, essas abordagens causais incluem ainda fatores sociais, políticos e históricos. Primeiramente, o naturalismo feminista busca enfatizar os modos nos quais fatores históricos e culturais podem possibilitar ao invés de distorcer o conhecimento. O naturalismo feminista é, ele mesmo, uma categoria vagamente organizada, com algumas abordagens privilegiando o naturalismo científico e outras colocando a ciência no escopo mais amplo dos empreendimentos epistêmicos humanos. As abordagens naturalistas feministas de Hankinson Nelson<sup>16</sup> e Louise Antony<sup>17</sup> tentam desenvolver o naturalismo quineano por vias que são consistentes com *insights* feministas acerca da relevância epistêmica das relações sociais e de gênero; outras epistemólogas feministas, tais como Elizabeth Potter<sup>18</sup> <sup>19</sup>, valem-se de trabalhos sociológicos e históricos (no caso de Potter, especificamente o trabalho sobre Robert Boyle) para desenvolver abordagens naturalistas de construção e escolha de teorias. O trabalho de Alison Wylie<sup>20</sup> desenvolve análises feministas naturalistas das práticas científicas em arqueologia. O trabalho de

---

<sup>16</sup> Hankinson Nelson, *Who Knows: From Quine to a Feminist Empiricism*, 1990.

<sup>17</sup> Louise Antony e Charlotte Witt (eds.), *A Mind of One's Own: Feminist Essays on Reason and Objectivity*, 1993.

<sup>18</sup> Elizabeth Potter, *Good Science and Good Philosophy of Science*, 1995.

<sup>19</sup> *Idem*, *Gender and Boyle's Law of Gases*, 2001.

<sup>20</sup> Alison Wylie, "The Engendering of Archaeology: Refiguring Feminist Science Studies", 1999.

Lorraine Code<sup>21 22 23 24</sup> também pode ser caracterizado como uma forma de epistemologia feminista naturalizada; esse trabalho está discutido em maior detalhe abaixo, na seção acerca de teoria das virtudes epistêmicas. Nancy Tuana<sup>25</sup> desenvolveu o conceito de “epistemologias da ignorância” de Charles Mill, observando os modos nos quais a ignorância, e não o conhecimento, é construída em estudos de sexualidade e em programas de educação social em escolas públicas.

Do mesmo modo que abordagens naturalizadas não feministas, abordagens feministas naturalizadas frequentemente falham ao focar no status normativo da construção de teorias, pois tradicionalmente o impulso naturalista está em fornecer uma abordagem descritiva do conhecimento. No entanto, sem um apelo aos modos nos quais o sexismo, o racismo ou a homofobia podem deformar práticas de conhecimento, a epistemologia feminista pareceria ter poucos recursos para argumentar que as condições históricas e culturais atuais deveriam ser alteradas, já que não há como mostrar que elas são inerentemente duvidosas ou questionáveis. As epistemologias feministas naturalizadas diferem em quão seriamente consideram esse problema. Algumas teóricas tomam muito seriamente o desafio por ele apresentado, enquanto outras argumentam que isso somente é um problema se assumirmos uma distinção forte entre descritivo/prescritivo ou entre fato/valor. As que consideram seriamente a questão, geralmente oferecem soluções que ou enfatizam o valor do pluralismo

---

<sup>21</sup> Lorraine Code, *Epistemic Responsibility*, 1987.

<sup>22</sup> *Idem*, *What Can She Know? Feminist Theory and the Construction of Knowledge*, 1991.

<sup>23</sup> *Idem*, *Rhetorical Spaces: Essays on Gendered Locations*, 1995.

<sup>24</sup> *Idem*, “What is Natural about Naturalized Epistemology?”, 1996.

<sup>25</sup> Nancy Tuana, *Coming to Understand: Orgasm and the Epistemology of Ignorance*, 2003.

nas empreitadas epistêmicas ou argumentam que a distinção entre o normativo e o descritivo é menos clara do que as suas oponentes naturalistas pensam, fornecendo assim às feministas naturalistas os recursos normativos que permitem uma crítica interna. Além disso, feministas naturalistas comumente sublinham que teorias científicas motivadas por *insights* feministas frequentemente acabaram sendo mais empiricamente confiáveis do que aquelas que alegam ser neutras do ponto de vista normativo.

## b. Estudos Culturais da Ciência

Os estudos culturais sobre a ciência começam com a suposição de que a ciência é uma prática e que as práticas incluem componentes normativos e descritivos que não podem ser facilmente separados uns dos outros. Os estudos culturais feministas sobre a ciência enfatizam a importância de comprometer-se epistemologicamente não-relativistas e a importância de usar versões revisadas de conceitos normativos como “objetividade” e “evidência”. No entanto, tais estudos reconhecem que, na medida em que a ciência é uma prática, seus conceitos e seu teor normativo são estabelecidos em interações práticas com o mundo material, uma posição que requer que esses conceitos sejam revisados de modo que não estejam comprometidos com as teorias representacionais da mente e da verdade. Karen Barad<sup>26</sup> utiliza uma análise da prática do uso do microscópio de tunelamento de varredura (*scanning tunneling microscope*) para enfatizar os modos nos quais os limites entre sujeito e objeto são relativamente

---

<sup>26</sup> Karen Barad, “Agential Realism: Feminist Interventions in Understanding Scientific Practices”, 1999.

permeáveis e para mostrar os modos pelos quais a própria observação é uma forma de prática. Seu "realismo agencial" procura preencher a lacuna entre as epistemologias descritivas e as normativas por um lado, e entre o realismo ingênuo e as abordagens construtivistas sociais dos objetos científicos por outro.

O trabalho de Donna Haraway<sup>27</sup> sobre os saberes situados enfatiza os modos pelos quais a ciência é uma forma governada por regras de "contar histórias" que visam alcançar a verdade, mas a ideia de verdade que ela usa aqui não é a da realidade em si, senão uma realidade que é produzida pelas práticas materiais humanas. Assim, ela argumenta que "fatos" são de fato "artefatos" da investigação científica. Isso não os torna falsos, mas os torna ligados a processos de produção e necessidades humanas. Não obstante, eles até certo ponto mantêm uma independência ontológica; esse é o *insight* central da analogia com outros tipos de artefatos.

### c. A Teoria do Ponto de Vista (*Standpoint theory*)

A epistemologia do ponto de vista feminista foi inicialmente desenvolvida nas ciências sociais, principalmente em ciência política, com o trabalho de Nancy Hartsock<sup>28</sup>, e em sociologia, por Dorothy Smith. Como uma metodologia para as ciências sociais, enfatizam-se os modos pelos quais os grupos sociais e politicamente marginalizados estão em posição de privilégio epistêmico face às estruturas sociais. Valendo-se de Hegel e Marx, teóricas feministas das ciências

---

<sup>27</sup> Donna Haraway, *Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective*, 1988.

<sup>28</sup> Nancy Hartsock, *The Feminist Standpoint Revisited and Other Essays*, 1998.

sociais argumentam que aqueles que estão “fora” dos grupos sociais e políticos dominantes devem aprender não apenas como se dar bem em seu próprio mundo, mas também como se dar bem na sociedade dominante. Assim, eles têm um status de “outsider” em relação aos grupos dominantes que lhes permite ver coisas sobre as estruturas sociais e como elas funcionam que os membros do grupo dominante não podem ver.

Em filosofia, essa posição teórica foi desenvolvida mais minuciosamente por Sandra Harding<sup>29 30 31</sup>. Harding argumenta que “começar a pensar” a partir da vida dos marginalizados levará ao desenvolvimento de novos conjuntos de perguntas e prioridades de pesquisa, já que os marginalizados desfrutam de um certo privilégio epistêmico que lhes permite ver os problemas de forma diferente ou ver problemas onde os membros de um grupo dominante não veem. Harding enfatiza, no entanto, que não é necessário ser membro de um grupo marginalizado para ser capaz de começar a pensar a partir desse ponto de vista. Ela argumenta que Hegel não era um escravo e Marx não era um membro do proletariado, mas ambos foram capazes de se identificar com o ponto de vista do escravo e com o do proletariado. Assim, eles foram capazes de começar seu pensamento a partir de vidas muito diferentes das suas.

O conceito de “ponto de vista” dos marginalizados é tanto o que coloca a epistemologia do ponto de vista à parte de um pluralismo geral quanto o conceito que forneceu os maiores desafios às teóricas feministas do ponto de vista. Não se ocupa o “ponto de vista feminista”, por exemplo, simplesmente em virtude de ser

---

<sup>29</sup> Sandra Harding, *The Science Question in Feminism*, 1986.

<sup>30</sup> *Idem*, *Whose Science? Whose Knowledge?* 1991.

<sup>31</sup> *Idem*, *Is Science Multicultural? Postcolonialisms, Feminisms, and Epistemologies*, 1998.

mulher; o ponto de vista feminista é uma realização, em vez de algo com que se nasce. A pessoa chega a ocupar o ponto de vista feminista envolvendo-se no pensamento crítico sobre sua experiência e sua relação com estruturas sociais e políticas mais amplas. Do mesmo modo, não é preciso ser mulher para ocupar o ponto de vista feminista. É possível se identificar com esse ponto de vista, como Hegel e Marx fizeram. No entanto, a alegação de que a marginalização social confere privilégio epistêmico parece depender de um conceito de identidade que precisa estar fundamentado na experiência de marginalização social, o que levou a acusações de que a epistemologia do ponto de vista não pode evitar assumir um grande grau de comunalidade nas experiências de grupos marginalizados. Isso também levou a acusações de que a epistemologia do ponto de vista deve apelar para uma experiência “essencial” das mulheres ou para uma experiência marginalizada “essencial”. Tal apelo, implicando que há condições necessárias e suficientes para tais experiências, é considerado ilegítimo por muitas teóricas feministas e pós-modernas porque eles levam a implicar que há algo sobre a experiência que é “natural” ou “dada” e que pode servir como um papel fundacional na construção da identidade. Essas teóricas suspeitam da alegação de que há algumas experiências que todas e apenas as mulheres vivenciam e que podem servir como base para a identificação com esse grupo, argumentando que a categoria de “mulher” é ou muito fraturada ou muito regulativa para realizar o trabalho de que teóricas feministas do ponto de vista e teóricas da identidade necessitam.

#### 4. A Psicologia do Desenvolvimento, a Teoria da Relação de Objetos e a Questão dos “Modos de Conhecimento das Mulheres”

Acusações similares de “essencialismo” foram atribuídas a epistemologias feministas que recorrem à psicologia do desenvolvimento e à teoria da relação de objetos para desenvolver normas epistêmicas. Essa vertente tem sido mais influente no desenvolvimento de epistemologias morais feministas, mas também teve alguma influência nas epistemologias desenvolvidas no espírito da linhagem de estudos científicos em epistemologia feminista. O trabalho inovador de Carol Gilligan<sup>32</sup> em Psicologia do Desenvolvimento Moral em *In a Different Voice* deu origem a uma variedade de epistemologias morais feministas que enfatizaram o caráter relacional e o afeto envolvidos no raciocínio moral para contrabalançar a ênfase tradicional no processo de raciocínio dedutivo, que leva o sujeito que raciocina de um princípio moral para um julgamento moral particular. Em *In a Different Voice* levanta-se a questão de se e como o raciocínio está vinculado à criação de filhos, através da qual as crianças desenvolvem afiliações de gênero e passam a vivenciar ideais de gênero. Gilligan argumenta que o processo de raciocínio moral que leva em conta relacionamentos na determinação da ação moral correta em uma dada situação, processos que teóricos do desenvolvimento infantil caracterizaram como “imaturos” ou menos desenvolvidos do que os processos de raciocínio que operam dedutivamente, são simplesmente complementares e não necessariamente inferiores. As críticas de Gilligan ao trabalho de Kohlberg, no entanto, vinculam esses estilos de raciocínio ao sexo: os estudos de Kohlberg sobre desenvolvimento e raciocínio moral

---

<sup>32</sup> Carol Gilligan, *In a Different Voice*, 1982.

utilizam quase exclusivamente meninos. As respostas dadas pelas meninas, que muitas vezes quando colocadas frente a um conflito moral invocam a importância de manter relacionamentos e enfatizam negociações, são caracterizadas por Kohlberg e sua equipe de pesquisa como sendo anteriores no desenvolvimento dedutivo que caracteriza as respostas dos meninos. Gilligan conjectura que as meninas têm limites mais permeáveis de *self* e estão geralmente mais preocupadas com a manutenção dos relacionamentos como resultado de sua educação e que isso pode explicar os diferentes “estilos de raciocínio” que parecem corresponder a diferenças de gênero.

Essa conjectura pode encontrar suporte na teoria da relação de objetos. A teoria da relação de objetos enfatiza o fato de que as distinções cognitivas subjacentes à teoria dos objetos físicos, o processo de aprender a distinguir entre o *self* e o outro e os processos de aprendizagem da linguagem e das normas morais evoluem conjuntamente e estão ligados entre si de vários modos de tal forma que se reforçam mutuamente. Aprender sobre objetos está ligado a aprender sobre o que faz de alguém um *self* e não uma coisa, e está, portanto, ligado às teorias da mente e da intencionalidade; aprender sobre a permanência de objetos físicos no tempo e no espaço depende do desenvolvimento de um sentido de um “eu” que permanece e se mantém inalterado, mesmo quando as percepções mudam. As feministas enfatizam o fato de que, enquanto todos os desenvolvimentos cognitivos mencionados anteriormente estão ocorrendo, o desenvolvimento e o fortalecimento de ideais e normas de gênero também estão ocorrendo, sobrepondo-se e ajudando a constituir as distinções cognitivas. Assim, os ideais e virtudes cognitivos passam a ser saturados com e parcialmente constitutivos de normas morais e de gênero.

A psicologia do desenvolvimento e a teoria da relação de objetos, no entanto, são vistas por algumas epistemólogas feministas como problemáticas, na medida em que assumem certos tipos de experiências comuns na criação de filhos que transcendem as diferenças de classe e raça. Além disso, a alegação de que as mulheres raciocinam de modo diferente dos homens, independente de qual seja a fonte dessa diferença, é considerada errada e politicamente retrógrada. A virtude dessas abordagens, no entanto, é que elas permitem que as epistemólogas feministas afirmem que o gênero do sujeito que raciocina é epistemicamente significativo, o que, por sua vez, pode dar suporte ao reclame quanto ao fato de que as mulheres estejam ausentes de certos estudos. Diferentemente da prática da filosofia ou da ciência, isso significa que diferentes modos de pensar sobre problemas ou questões também podem estar ausentes como um resultado dessa exclusão.

Alguns dos modos pelos quais a psicologia do desenvolvimento e a teoria da relação dos objetos contribuíram para as epistemologias feministas nas ciências e na filosofia moral, no entanto, dependeram menos das alegações empíricas de que existem diferenças de raciocínio entre homens e mulheres. Essas abordagens levam a sério os modos pelos quais certos aspectos da cognição e do raciocínio humano foram vinculados às mulheres e muitas vezes desvalorizados como um resultado, e elas tomam essa relação simbólica como o ponto de partida para a investigação epistêmica. Nessa linha, as epistemólogas feministas analisam os modos pelos quais o testemunho opera epistemicamente, enquanto também está inscrito em relações sociais particulares que não são geralmente claras a agentes e aos sujeitos que raciocinam. Da mesma forma, as epistemologias feministas têm procurado encontrar um lugar para o afeto, os

relacionamentos e o cuidado, tanto no raciocínio moral quanto nas práticas epistêmicas de modo mais geral. Esse ramo da epistemologia feminista é abordado a seguir na seção sobre teorias das virtudes epistêmicas.

## 5. Abordagens Hermenêuticas, Fenomenológicas e Pós-modernas

Os modos pelos quais as abordagens filosóficas continentais moldaram as epistemologias feministas são tanto complicados como bastante difundidos, e até mesmo as epistemólogas feministas que escrevem primariamente na tradição anglo-americana foram frequentemente influenciadas pelas tendências críticas típicas do pensamento continental. Isso não é verdade apenas para as epistemologias marxistas-feministas descritas acima, mas também para os estudos feministas sobre ciências em geral e das epistemologias feministas que se baseiam na psicologia do desenvolvimento e na teoria feminista das virtudes epistêmicas. Não é incomum encontrar filósofas feministas que são formadas primariamente na tradição “analítica” anglo-americana e que se valem do trabalho em hermenêutica, fenomenologia e pós-modernismo, enquanto feministas que localizam seu trabalho nessas tradições frequentemente também cruzam essa fronteira. De modo similar, o pragmatismo feminista (discutido abaixo) geralmente se baseia tanto na tradição analítica anglo-americana quanto na tradição continental. É seguro dizer que essas categorias, nunca estáveis na filosofia não feminista, são ainda mais vagamente definidas na filosofia feminista.

As epistemologias feministas que se desenvolvem a partir da tradição continental, muitas vezes tomam como ponto de partida a necessidade de revisualizar e reconstruir o projeto epistemológico de modo mais geral. Valendo-se de Foucault, Gadamer e Habermas, entre outros, Linda Martín Alcoff<sup>33 34</sup> argumenta pela reorientação de projetos epistemológicos que podem levar em conta a natureza política das reivindicações de verdade e produção de conhecimento, além de poder fornecer recursos para a reconstrução de conceitos epistêmicos normativos, como racionalidade, justificação e conhecimento.

As epistemologias feministas continentais enfatizam os modos pelos quais as práticas, normas e produtos epistêmicos (por exemplo, conhecimento) não são neutros, mas são, de fato, produzidos por e parcialmente constitutivos das relações de poder. Entretanto, a alegação de que práticas e produtos do conhecimento não são neutros não equivale à alegação de que eles são falsos ou distorcidos, uma vez que todas as práticas e produtos do conhecimento estão enredados nas relações de poder. O ideal de neutralidade, tomado como essencial para as boas práticas de conhecimento, é, na verdade, uma construção política. Assim, uma reconstrução de termos de valor epistêmico deve ser uma reconstrução que reconheça a natureza política da epistemologia e das práticas epistêmicas. Teóricas feministas acrescentam a essa abordagem teórica uma ênfase nos modos pelos quais o gênero é uma outra camada, diferente, de relações de poder.

---

<sup>33</sup> Linda Martín Alcoff e Elizabeth Potter (eds.), *Feminist Epistemologies*, 1993.

<sup>34</sup> Linda Martín Alcoff, *Real Knowing*, 1996.

O outro aspecto das tradições filosóficas continentais que tem sido usado pelas feministas para introduzir e desenvolver uma análise da relevância epistêmica do gênero tem sido a tradição fenomenológica e sua ênfase no “corpo vivido” (*lived body*). Os trabalhos de Gail Weiss e Elizabeth Grosz<sup>35</sup>, entre outros, baseiam-se na fenomenologia para reenquadrar a investigação epistemológica, bem como desenvolver sua teoria do corpo para enfraquecer os dualismos de oposição que Genevieve Lloyd<sup>36</sup>, Susan Bordo<sup>37</sup> e Susan Hekman<sup>38</sup> identificam como implicados em normas e ideais de gênero.

O trabalho feminista na tradição continental também levou a uma avaliação crítica da centralidade da epistemologia na filosofia e a uma crítica concomitante das feministas que insistem em localizar seu trabalho no campo da epistemologia. Um argumento relacionado será abordado a seguir na seção sobre epistemologia feminista pragmatista. O impulso teórico oriundo da tradição continental, ao contrário do que surge o pragmatismo, está ligado à análise da verdade como um instrumento de dominação, como parte da constituição e manutenção de práticas hegemônicas ou como um movimento estratégico para eliminar conflito e resistência. Essa não é uma posição na qual há concordância entre as teóricas feministas que trabalham na tradição continental, mas a crítica da epistemologia tem sido um dos desenvolvimentos mais importantes surgido dos compromissos feministas com essa tradição, e essa crítica assumiu uma

---

<sup>35</sup> Elizabeth Grosz, *Volatile Bodies*, 1994.

<sup>36</sup> Genevieve Lloyd, *The Man of Reason: “Male” and “Female” in Western Philosophy*, 1984.

<sup>37</sup> Susan Bordo, *The Flight to Objectivity: Essays on Cartesianism and Culture*, 1990.

<sup>38</sup> Susan Hekman, *Gender and Knowledge: Elements of a Postmodern Feminism*, 1990.

forma única. Assim, um aspecto da epistemologia continental feminista é o ataque à própria epistemologia, incluindo a epistemologia feminista.

## 6. Teoria Feminista das Virtudes Epistêmicas

As teorias da virtude epistêmica geralmente enfatizam os modos nos quais a epistemologia e a teoria do valor se sobrepõem. No entanto, versões feministas dessas teorias focam nos modos em que relações de gênero e poder entram em jogo tanto na teoria do valor e na epistemologia quanto, especificamente, nos modos pelos quais os sujeitos são construídos na interação entre afirmações de conhecimento, relações de poder e teoria do valor.

O trabalho das feministas em história da filosofia levou a críticas de pressupostos filosóficos sobre o que constitui a virtude epistêmica, particularmente aquelas virtudes consideradas determinantes da razão e da objetividade. O trabalho de Bordo<sup>39</sup> e Lloyd<sup>40</sup> examina os modos nos quais “masculinidade” e “feminilidade” operam simbolicamente em discussões filosóficas de relações conceituais supostamente dicotômicas, por exemplo: racional/irracional; razão/emoção; objetividade/subjetividade e universalidade/particularidade.

Esses engajamentos críticos com a história da filosofia estabeleceram os alicerces para tentativas feministas de reconfigurar as virtudes epistêmicas de modo a permitir a reintegração de faculdades ou aspectos do conhecimento que

---

<sup>39</sup> Susan Bordo, *The Flight to Objectivity: Essays on Cartesianism and Culture*, 1990.

<sup>40</sup> Genevieve Lloyd, *The Man of Reason: “Male” and “Female” in Western Philosophy*, 1984.

foram excluídos das análises das virtudes epistêmicas por causa de seu alinhamento, no “imaginário” da filosofia, com as mulheres ou com as forças da irracionalidade.

O trabalho de Lorraine Code<sup>41 42 43 44</sup> defende, entre outras coisas, a saliência epistêmica do testemunho, da fofoca e das operações afetivas e políticas de acordo com as quais as identidades são construídas e mantidas. Code e outras feministas que trabalham nessa área enfatizam os modos nos quais as forças sociais e políticas moldam nossas identidades enquanto autoridades epistêmicas e agentes racionais e como essas, por sua vez, levam a uma compreensão diferente da responsabilidade epistêmica.

O trabalho de Code também influenciou o desenvolvimento de outra vertente da epistemologia feminista. Essa vertente pode ser caracterizada como uma versão do naturalismo que se ocupa dos modos em que os paradigmas epistemológicos tradicionais derivam de casos de crenças empíricas simples e incontroversas. Por exemplo, crenças como “eu sei que estou vendo uma árvore” deformam a paisagem epistêmica. Isso inclui uma crítica ao paradigma do conhecimento como conhecimento proposicional e uma crítica relacionada ao suposto individualismo dos fins epistêmicos. Além disso, essa virada naturalista na epistemologia feminista discorda da preocupação epistemológica tradicional com o problema do ceticismo, na maioria dos casos simplesmente ignorando-o enquanto questão epistemológica, em vez de argumentar contra sua

---

<sup>41</sup> Lorraine Code, *Epistemic Responsibility*, 1987.

<sup>42</sup> *Idem*, *What Can She Know? Feminist Theory and the Construction of Knowledge*, 1991.

<sup>43</sup> *Idem*, *Rhetorical Spaces: Essays on Gendered Locations*, 1995.

<sup>44</sup> *Idem*, “What is Natural about Naturalized Epistemology?” 1996.

importância. O problema do ceticismo é frequentemente considerado um problema principalmente para epistemologias individualistas que também assumem que o conhecimento é essencialmente proposicional e que deve ser explicado em termos de estados mentais individuais. Uma vez que muitas teóricas feministas da virtude epistêmica rejeitam todas ou a maioria dessas suposições, o problema do ceticismo não pode ter qualquer relevância e é conseqüentemente ignorado em virtude de seu *status* de pseudoproblema.

## 7. Pragmatismo e Epistemologias Feministas

Para as abordagens feministas pragmatistas, o problema do ceticismo torna-se também um pseudoproblema, mas isso em virtude da grande mudança forjada no pensamento filosófico sobre o conhecimento na esteira de Darwin e dos pragmatistas. Os primeiros pragmatistas como John Dewey e William James já reconheciam que os termos-chave usados no discurso epistemológico exigem revisão: termos como "crença" em oposição a "emoção" ou "desejo". Questões sobre verdade, referência e teorias representacionais da crença e do conhecimento são todas radicalmente desestabilizadas por pensadores pragmatistas. O desenvolvimento do tema por Richard Rorty no século XX levou-o a concluir que a epistemologia está morta e que com isso a filosofia pode melhorar.

Pragmatistas feministas compartilham essa suspeita com relação à epistemologia, embora continuem a trabalhar em questões relacionadas ao

conhecimento. Entretanto, teóricas como Charlene Haddock Seigfried<sup>45</sup> argumentam que, como a epistemologia faz uso de termos inutilizados pelas pragmatistas feministas, elas deveriam considerar-se como praticando algo distinto da epistemologia.

O pragmatismo feminista tem sua própria versão de uma epistemologia naturalizada, mas é um naturalismo que, como o naturalismo encontrado nas teorias feministas da virtude epistêmica, resiste à redução à psicologia cognitiva ou à neurociência. Em vez disso, e de modo similar às teorias feministas da virtude epistêmica, ele começa com os problemas cotidianos do conhecimento que ocorrem nas encruzilhadas com a experiência comum. O conhecimento e seus problemas apresentam-se do mesmo modo que outros problemas sociais: como oportunidades de aprimoramento e aperfeiçoamento da vida.

A peça epistêmica básica das abordagens feministas pragmatistas é o organismo em vez da mente ou do corpo. A “experiência” é mais complexa que os estados sensoriais, pois é o modo pelo qual o organismo interage com seu mundo, um mundo que inclui não apenas objetos, mas também instituições sociais, relacionamentos e política. Como resultado, as demandas de conhecimento já estão implicadas com valores, políticas e corpos.

As abordagens feministas pragmatistas de questões sobre conhecimento, portanto, compartilham muito com considerações naturalizadas da epistemologia, mas a ideia de ciência que opera nelas é a ciência tal como caracterizada por Charles Sanders Peirce, William James e John Dewey, em vez da

---

<sup>45</sup> Charlene Haddock Seigfried, *Pragmatism and Feminism: Reweaving the Social Fabric*, 1996.

caracterização de ciência tal como aparece na tradição analítica da filosofia. Existem, é claro, diferenças entre Peirce, James e Dewey em suas caracterizações de ciência, mas é justo entender suas visões como subscritas por uma compreensão da ciência como um modo de interagir com o mundo que também está enredado em valores e empreitadas humanas. As epistemologias feministas pragmatistas compartilham essa compreensão da ciência, enfatizando seu projeto libertador e seu papel no melhoramento dos problemas sociais.

Assim, os projetos epistemológicos feministas pragmatistas procuram manter nossas empreitadas de conhecimento fiéis ao impulso libertador ao passo que reconfiguram os problemas do conhecimento em termos que levam a sério os *insights* da teoria evolucionista, da psicologia empírica humanista e da compreensão do sujeito de conhecimento como um organismo cujas empreitadas de conhecimento são consideradas como parte em um mundo tanto material quanto social.

## 8. Referências e leituras adicionais

JANACK, Marianne. *Feminist Epistemology*. In: The Internet Encyclopedia of Philosophy. ISSN 2161-0002. Disponível em: <https://www.iep.utm.edu/fem-epis/#H6>. Acesso em: 13 mai. 2020.

ALCOFF, Linda Martín. *Real Knowing*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1996.

***Epistemologia feminista coerentista.***

ALCOFF, Linda Martín; POTTER, Elizabeth (Eds.). *Feminist Epistemologies*. New York: Routledge, 1993.

***Antologia clássica.***

ANTONY, Louise; WITT, Charlotte (Eds.) *A Mind of One's Own: Feminist Essays on Reason and Objectivity*. Boulder, CO: Westview Press, 1993.

***Antologia clássica.***

BARAD, Karen. Agential Realism: Feminist Interventions in Understanding *Scientific Practices*. In: BIAGIOLI, Mario (Ed.). *Science Studies Reader*. New York: Routledge, 1999. p. 1-11.

BENJAMIN, Jessica. *The Bonds of Love: Psychoanalysis, Feminism, and the Problem of Domination*. New York: Pantheon Books, 1988.

***Teoria psicanalítica feminista.***

BLEIER, Ruth. *Science and Gender: A Critique of Biology and its Theories on Women*. New York: Pergamon Press, 1984.

BORDO, Susan. *The Flight to Objectivity: Essays on Cartesianism and Culture*. Albany: SUNY Press, 1990.

CAINE, Barbara; GROSZ, Elizabeth; DE LEVERVANICHE, Marie. *Crossing Boundaries: Feminisms and the Critique of Knowledge*. Boston: Allen and Unwin, 1988.

CODE, Lorraine. *Epistemic Responsibility*. Hanover, NH: University of New England Press, 1987.

***Teoria feminista das virtudes epistêmicas.***

CODE, Lorraine. *What Can She Know? Feminist Theory and the Construction of Knowledge*. Ithaca: Cornell University Press, 1991.

CODE, Lorraine. *Rhetorical Spaces: Essays on Gendered Locations*. New York: Routledge, 1995.

***Ensaio coletado.***

CODE, Lorraine. What is Natural about Naturalized Epistemology? *American Philosophical Quarterly*, v. 33, n. 1, p. 1-22, 1996.

DURAN, Jane. *Toward a Feminist Epistemology*. Savage, MD: Rowman and Littlefield, 1991.

DURAN, Jane. The Intersection of Pragmatism and Feminism. *Hypatia: A Journal of Feminist Philosophy*, v. 8 n. 2, p. 159-171, 1993.

DURAN, Jane. The Possibility of a Feminist Epistemology. *Philosophy and Social Criticism*, v. 21, n. 4, p. 127-140, 1995.

GILLIGAN, Carol. *In a Different Voice*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1982.

GROSZ, Elizabeth. *Volatile Bodies*. Bloomington, IN: Indiana University Press, 1994.

GUNEW, Sneja (Ed.) *Feminist Knowledge: Critique and Construct*. New York: Routledge, 1990.

***Uma antologia que inclui trabalho de feministas que se valem de trabalhos da filosofia francesa e alemã do século XX para abordar questões epistemológicas feministas.***

HARAWAY, Donna. Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective. *Feminist Studies*, v. 14, p. 575-599, 1988.

HARAWAY, Donna. *Primate Visions: Gender, Race, and Nature in the World of Modern Science*. New York: Routledge, 1989.

HARAWAY, Donna. *Simians, Cyborgs, and Women: The Reinvention of Nature*. New York: Routledge, 1991.

HARDING, Sandra. *The Science Question in Feminism*. Ithaca: Cornell University Press, 1986.

HARDING, Sandra. *Whose Science? Whose Knowledge?* Ithaca: Cornell University Press, 1991.

HARDING, Sandra. *Is Science Multicultural? Postcolonialisms, Feminisms, and Epistemologies*. Bloomington, IN: Indiana University Press, 1998.

HARDING, Sandra; HINTIKKA, Merrill (Eds.). *Discovering Reality: Feminist Perspectives in Epistemology, Metaphysics, Methodology and Philosophy of Science*. Dordrecht: D. Reidel, 1983.

***Antologia antiga e clássica.***

HARTSOCK, Nancy. *The Feminist Standpoint Revisited and Other Essays.*

Boulder, CO: Westview Press, 1998.

HEKMAN, Susan. *Gender and Knowledge: Elements of a Postmodern Feminism.*

Boston: Northeastern University Press, 1990.

KELLER, Evelyn Fox. *A Feeling for the Organism.* New York: W. H. Freeman,

1983.

***Os primeiros trabalhos clássicos sobre Barbara McClintock.***

KELLER, Evelyn Fox. *Reflections on Gender and Science.* New Haven: Yale

University Press, 1984.

LLOYD, Genevieve. *The Man of Reason: "Male" and "Female" in Western*

*Philosophy.* Minneapolis: University of Minnesota Press, 1984.

LONGINO, Helen. *Science as Social Knowledge.* Princeton: Princeton University

Press, 1990.

MENDES, Soraia da Rosa. *Criminologia Feminista: novos paradigmas.* 2. ed. São

Paulo: Editora Saraiva, 2017.

NARAYAN, Uma. The Project of Feminist Epistemology: Perspectives from a

Non-Western Feminist. *In:* BORDO, Susan; JAGGAR, Allison (eds.)

*Gender/Body/Knowledge.* New Brunswick: Rutgers University Press, 1989. p.

256-69.

NELSON, Lynn Hankinson. *Who Knows: From Quine to a Feminist Empiricism*. Philadelphia: Temple University Press, 1990.

NELSON, Lynn; NELSON, Jack (eds.) *Feminism, Science, and the Philosophy of Science*. Dordrecht: Kluwer, 1996.

POTTER, Elizabeth. *Good Science and Good Philosophy of Science. Synthese*, v. 104, p. 423-439, 1995.

POTTER, Elizabeth, *Gender and Boyle's Law of Gases*. Bloomington, IN: Indiana University Press, 2001.

SEIGFRIED, Charlene Haddock. *Pragmatism and Feminism: Reweaving the Social Fabric*. Chicago: University of Chicago Press, 1996.

TANESINI, Alessandra. *An Introduction to Feminist Epistemologies*. Malden, MA: Blackwell, 1999.

***Análises muito minuciosas e úteis de diferentes epistemologias feministas.***

TUANA, Nancy (Ed.) *Feminism and Science*. Bloomington, IN: Indiana University Press, 1989.

TUANA, Nancy. Coming to Understand: Orgasm and the Epistemology of Ignorance. *Hypatia*, v. 19, n. 1, p. 1-35, 2003.

TUANA, Nancy; MORGEN, Sandra (Eds.) *Engendering Rationalities*. Albany: SUNY Press, 2001.

***Antologia multidisciplinar.***

WEBB, Mark Owen. Feminist Epistemology and the Extent of the Social.

*Hypatia: A Journal of Feminist Philosophy*, v. 10, n. 3, p. 85-98, 1995.

WYLIE, Alison. The Engendering of Archaeology: Refiguring Feminist Science Studies. In: BIAGIOLI, Mario (Ed.) *Science Studies Reader*. New York: Routledge, 1999. p. 553-568.

**Referência para citação desta tradução**

SECCO, Gisele; VACCARI, Rafaela. Verbete *Epistemologia Feminista*, por Marianne Janack. **Revista PHILIA | Filosofia, Literatura & Arte**, Porto Alegre, volume 2, número 2, p. 601 – 635, novembro de 2020.